

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Luís Carlos Albano Duarte Sousa
Johny Santana de Araújo
Raimundo Jucier Sousa de Assis

EM BUSCA DE OUTROS SENTIDOS: AS
CRÍTICAS AO MODELO
INTERPRETATIVO PRADIANO E AS
RECENTES EXPLICAÇÕES DAS
ESTRUTURAS COLONIAIS

SOUSA, Luís Carlos Albano Duarte
ARAÚJO, Johny Santana de
ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de
EM BUSCA DE OUTROS SENTIDOS: AS CRÍTICAS AO
MODELO INTERPRETATIVO PRADIANO E AS RECENTES
EXPLICAÇÕES DAS ESTRUTURAS COLONIAIS
R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 183(488): 91-116, jan./abr. 2022

Rio de Janeiro
jan./abr. 2022

EM BUSCA DE OUTROS SENTIDOS: AS CRÍTICAS AO MODELO INTERPRETATIVO PRADIANO E AS RECENTES EXPLICAÇÕES DAS ESTRUTURAS COLONIAIS

IN SEARCH OF OTHER MEANINGS: CRITIQUES OF PRADO'S INTERPRETIVE MODEL AND THE RECENT EXPLANATIONS OF COLONIAL STRUCTURES

LUÍS CARLOS ALBANO DUARTE SOUSA¹

JOHNY SANTANA DE ARAÚJO²

RAIMUNDO JUCIER SOUSA DE ASSIS³

Resumo:

Este artigo tem por objetivo principal uma análise vertical do capítulo *Sentido da colonização*, mote utilizado por Caio Prado Júnior (2011) para explicar a *Formação do Brasil contemporâneo*, em contraste com críticas e complementações ligadas à sua interpretação. Após expormos os principais pontos que fundamentaram sua narrativa, buscaremos elencar, através dos ensaios de Costa (2010) e Souza (2010), alguns pontos dignos de reconsiderações, observando a revisão empreendida por Novais (1969). Então, utilizaremos da obra de Luiz Felipe de Alencastro (2001) para apontarmos as aproximações entre esses dois autores, destacando as possibilidades subsequentes para a formulação de novas chaves analíticas para o período colonial. Pretendemos expor a importância de considerarmos as estruturas coloniais desveladas desde Caio Prado Júnior na construção de modelos interpretativos sobre o período, que continuam atuais diante de novos paradigmas.

Palavras-chave: Caio Prado Júnior; colonialismo; estrutura.

Abstract:

The main aim of the paper is to carry out a vertical analysis of the chapter Meaning of Colonization, written by Caio Prado Júnior (2011) in order to explain the Formation of Contemporary Brazil, in contrast to critiques and additions linked to his interpretation. We present the main facts that supported his narrative, analyse the essays written by Costa (2010) and Souza (2010), and list some viewpoints worthy of reconsideration, in light of Novais' review. (1969). Next, we analyse the work of Luiz Felipe de Alencastro (2001) and point out the similarities between both authors, highlighting the subsequent possibilities of formulating new analytical keys for the colonial period. The purpose is to emphasize the importance of considering the colonial structures unveiled since Caio Prado Júnior for the construction of interpretive models about the period, which remain current in the face of new paradigms.

Keywords: Caio Prado Júnior; colonialism; structure.

1 – <https://orcid.org/0000-0002-3143-5002>. Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Teresina, PI, Brasil. E-mail: luis-albano@hotmail.com.

2 – <https://orcid.org/0000-0003-3082-1785>. Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Teresina, PI, Brasil. E-mail: johny@ufpi.edu.br.

3 – <https://orcid.org/0000-0001-6573-7175>. Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Teresina, PI, Brasil. E-mail: raimundojucier@ufpi.edu.br.

Introdução

Os debates mais recentes em torno da colonização portuguesa nas Américas têm ganhado muito com as contribuições que buscam ampliar seu “sentido”, garantindo releituras capazes de dar voz aos elementos que, muito embora não tenham sido silenciados pela empiria presente nas obras clássicas, muitas vezes não foram explorados em suas potencialidades. Reconhecido o devido valor destas novas propostas, preocupa-nos, no entanto, a tendência ao abandono das grandes estruturas elencadas principalmente por autores marxistas, o que pode resultar na perda de algumas contribuições relevantes para a construção da própria historiografia brasileira. Aqui, destacamos Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil contemporâneo*.

Sua obra deu base para a construção de um verdadeiro “paradigma Pradiano”, cravando o conceito de “sentido da colonização” em grande parte dos trabalhos subsequentes que tratavam do tema. Prado Júnior, em sua tese, analisou extensa documentação tendo em vista uma questão comum à sua geração, preocupada em fundar as “raízes” da recente república brasileira, ainda em busca de sua identidade nacional: quais os elementos explicativos de Brasil?⁴ Wilma Peres Costa chamou atenção para o contexto das décadas de 1920 e 1930, com crises do sistema político, colapso do modelo de economia agrário-exportador e instabilidades sociais, fomentando nessa geração um profícuo debate sobre Estado e Nação, levando novos desafios à “questão nacional”⁵. Assim, Caio Prado concluiu que a exploração colonial engendrou estruturas capazes de engessar o país em seu caráter de dependência, permanecendo com um objetivo exterior, o que impediu rupturas históricas mais efetivas, inclusive no caso da independência de Portugal.

4 – Destacamos além de Prado Júnior, dentro dessa geração, Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936) e Gilberto Freyre em *Casa-grande e senzala* (1933), grandes obras que buscaram interpretar a constituição do Brasil a partir de seus elementos formadores enquanto colônia.

5 – COSTA, Wilma Peres. “A independência na historiografia brasileira”. In: JANCSÓ, István. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2005, p. 74.

Buscaremos, neste artigo, ponderar verticalmente o capítulo *Sentido da colonização*, que introduz a *Formação do Brasil contemporâneo*, em contraste com alguns escritos que aprofundaram as análises ou questionaram as limitações do padrão analítico Pradiano, suas consequências e possíveis superações. A saber, esses escritos são dois ensaios dos autores Iraci del Nero da Costa e João Paulo A. de Souza; intervenções feitas por Fernando Novais em suas *Considerações sobre o sentido da colonização*, avaliando as revisões empreendidas pelo autor; além disso, a obra *O trato dos viventes. A formação do Brasil no Atlântico Sul*, na qual Luiz Felipe de Alencastro elucida a centralidade da instituição escravidão no período colonial e na consequente formação da identidade brasileira.

O debate em torno desses sentidos explicativos de Brasil tem se renovado nos mais diversos campos do conhecimento, em especial na História, como chave analítica do período colonial⁶. Motivo de nosso interesse, essa atualidade justifica-se na contínua busca por sentidos capazes de, valorizando a agência dos atores históricos e as mais diversas formas com que a história pode se apresentar, conectarem passado e presente, de forma a preservar, nos próprios conflitos teóricos, a forma mais condizente de aproximarmo-nos do passado.

Interessa-nos a importante compreensão das estruturas coloniais na construção desses pensamentos. Estes modelos interpretativos não são excludentes entre si, mas complementares: reconhecer isto, é também distinguir as principais limitações de cada um deles, contribuindo para uma integração que não adote o caminho simplista da exclusão de conceitos importantes e necessários. Por isso, importa aqui uma possibilidade alternativa de interpretação, fomentando uma relação dialógica em que

6 – A atualidade e relevância do debate se mostram nas recentes publicações de artigos com considerável alcance através de citações, como pudemos observar no rastreamento feito sobre o tema, em áreas além da História. Como exemplos, referenciamos também: VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. “Sentido da colonização e revolução brasileira: crítica de caracterizações do modo de produção colonial”. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 129, p. 205-224, mai/ago. 2017; SALLES, Wesley Dartagnan. “A quebra do paradigma ‘Sentido da Colonização’: notas sobre o debate historiográfico do Brasil Colonial, Antigo Sistema Colonial e Antigo Regime nos Trópicos”. *Almanack*, Guarulhos, n. 15, p. 245-293, 2017.

sobressaíam as contribuições intrínsecas para uma boa e ampla compreensão até mesmo do que seria o próprio elemento *colonial* em si, para que se possa revisá-lo sem perder a sua essência e complexidade.

O sentido da colonização para Caio Prado Júnior

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo “sentido”. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto [...] não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação⁷.

A análise histórica interpretativa que Caio Prado Júnior desenvolveu para o período colonial brasileiro é tributária de uma visão linear e estruturalista da história, como se verá no segundo tópico. Tendo escrito *Formação do Brasil contemporâneo* na primeira metade do século XX, o que se percebeu no resultado foi uma explicação fortemente marcada pelo viés econômico de sua formação, para formular respostas àquilo que julgou como problema do seu próprio tempo. Nesse bojo, tratou de evidenciar as grandes estruturas que extrapolaram o período colonial em que se formaram, e atingiram a contemporaneidade.

Dessas estruturas elencadas, sobressai aquela que constituiu o sentido da colonização para Prado Júnior: a grande lavoura de monocultura proporcionada pelo trabalho escravo, e a permanência do Brasil como um país criado com um objetivo exterior, através do abastecimento da Europa com produtos primários. Dessa forma, o Brasil foi interpretado como uma das engrenagens necessárias para o acúmulo de capital, sendo o empreendimento colonial uma peça que manteve funcionando a máquina que exercia a força centrípeta: o continente europeu. Nessa analogia, Portugal orientou todas as atividades em seus domínios para o sentido de abastecer-se enquanto metrópole, contribuindo para a configuração do

7 – PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 13.

mundo moderno, no qual a Europa se estendeu dominante por toda parte⁸. As Américas ocuparam, aqui, o simples papel de “capítulo da história do comércio europeu”, um obstáculo que se transpôs na corrida marítima ibérica em direção ao oriente⁹.

Nessa perspectiva, a grande lavoura guiou as relações metrópole-colônia em todos os âmbitos, desde a ocupação do território, passando pela exclusão dos povos nativos, até a formulação de sucessivos ciclos econômicos. Ou seja, delimitando as relações de trabalho e de posse da terra. A lógica da monocultura de trabalho escravo voltado para o comércio exterior incapacitou a participação de diversos setores da sociedade, até o fim do período colonial, mas sobremaneira os indígenas, sobre quem a interpretação Pradiana ressalta a incapacidade “de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável”¹⁰. O processo de povoamento e organização de território e de produção originado daí, fez-se segundo a ordem econômica portuguesa: inicialmente nos projetos extrativistas, depois substituído pela agricultura, oferecendo um alicerce econômico durável aos empreendimentos coloniais¹¹.

Dentro do processo de ocupação e inserção dos territórios das Américas no empreendimento colonizador português, Prado Júnior chamou atenção para o aspecto da exploração, a partir da tese na qual as áreas tropical e subtropical foram, por seu caráter naturalmente repelente, desbravadas por aventureiros. Nisto diferenciava-se a ocupação da América temperada, propícia para um “novo mundo”, próximo da Europa¹². Essa caracterização do Brasil contribuiu sobremaneira para a justificação da exigência de “estímulos diferentes e mais fortes” para atrair o colono eu-

8 – PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 14.

9 – PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 16.

10 – PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 18.

11 – PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 19.

12 – PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 21.

ropeu e, por conseguinte, para a explicação da necessidade do trabalho escravo: “trazendo esse agudo interesse, o colono europeu não traria com ele a disposição de por-lhe à serviço, neste meio tão difícil e estranho. [...] Outros trabalhariam para ele”¹³.

O modelo explicativo Pradiano conseguiu tecer uma linha mestra que perpassou os mais diversos âmbitos da sociedade colonial na justificativa da grande lavoura. Dessa maneira, aquela configuração de um Brasil inóspito, destinado à colonização de exploração, fez com que Prado Júnior excluísse de suas interpretações grandes parcelas da sociedade (não só negros e índios, mas também portugueses sem posses), valorizando o senhor proprietário, epicentro das unidades produtoras. Em suas próprias palavras, a “maioria dos colonos estava assim nos trópicos condenada a uma posição dependente e de baixo nível”¹⁴.

Essa perspectiva teleológica do período colonial fez com que Prado Júnior caracterizasse a colonização dos trópicos como uma “vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, [...] destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu”¹⁵. A partir da diferenciação em relação à conquista das zonas temperadas, que desconsiderava a essência danosa de qualquer tipo de colonização, o Brasil foi colocado como resultante dos elementos econômico-sociais “da formação e evolução histórica dos trópicos americanos”¹⁶.

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. [...] Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país. [...] O “sentido”

13 – PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 22.

14 – PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 23.

15 – PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 25.

16 – PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 25.

da evolução brasileira que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização¹⁷.

Podemos compreender, assim, como se desenhou o sentido da colonização: elegendo como foco analítico as unidades produtoras e os seus proprietários, plenamente conectados à lógica colonial de extração para abastecimento da metrópole, engessados nas relações daí provenientes. Faltou, contudo, a percepção das mais diversas relações coloniais engendradas nas Américas, para que se percebesse também as variantes que fizeram com que a colonização portuguesa não tivesse um sentido único¹⁸. A escolha metodológica de Prado Júnior, muito embora indiscutivelmente importante, deixou lacunas igualmente importantes. Sobre isso, discutiremos um pouco mais adiante.

Vale ressaltar que as ideias apresentadas em *Formação do Brasil contemporâneo* não foram exclusivamente inovadoras à época, como recordou Wilma Peres Costa ao estabelecer relações entre a geração de Caio Prado Júnior e a anterior: considerações anteriores como de Manuel Oliveira Lima, Capistrano de Abreu e Manuel Bonfim certamente puderam compor linhagens comparativas entre essas gerações. No entanto, a originalidade da escrita é inegável em Prado Júnior, justamente por romper com cânones anteriores, de “matriz varnhaguiana”, lançando novos olhares sobre a questão racial, por exemplo¹⁹. Além do mais, não foi pouca a influência exercida sobre as gerações seguintes, permanecendo continuamente como referência obrigatória no trato do período colonial.

17 – PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 25-6.

18 – Elemento interessante para se pensar é a desvalorização que os nascentes núcleos urbanos sofreram em abordagens como a de Caio Prado Júnior, em detrimento da centralidade da grande lavoura. Sobre isso, e também sobre o papel das cidades no mercado interno, cf. ABREU, Maurício de Almeida. “Pensando a cidade no Brasil do passado”. In: CASTRO, Iná Elias de; et al (orgs.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, pp. 145-184.

19 – COSTA, Wilma Peres. “A independência na historiografia brasileira”. In: JANC-SÓ, István. (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2005, p. 75.

Fernando Novais, em suas *Considerações sobre o sentido da colonização*, buscou alargar a análise de Caio Prado Júnior, principalmente a partir de seu modelo teórico de “antigo sistema colonial”, levando o problema da colonização ao período de transição para o capitalismo na Europa. Não obstante a ampliação dos processos históricos, Novais permaneceu no problema do Brasil formado na Europa, em relação unilateral e restrita aos círculos inseridos no ato de acumular o capital, mantendo a essência da abordagem Pradiana. Mas sua proposta, assim como a de Prado Júnior, estava explicitamente interessada na visão estrutural da história do Brasil:

infelizmente, o impacto do livro [*Formação do Brasil contemporâneo*], sem dúvida um marco na nossa historiografia, fez-se sentir quase que exclusivamente nas análises particulares e não na visão global que sugeria²⁰.

De fato, a próxima seção deste trabalho versa sobre a problematização dos limites encontrados na interpretação de Prado Júnior, principalmente através de pontos particulares, os quais a sua visão estruturalista não foi capaz de alcançar, por serem próprios de uma perspectiva micro histórica, ou ainda na qual essa mesma visão engessou variáveis para que não fugissem à explicação total, evitando contradições. Mas a essência permanece intocada. De toda forma, não se pode negar o centro da tese Pradiana, retomado por Novais, segundo o qual a política mercantilista da época moderna imprimiu caráter sobre os projetos colonizadores. Ora, como bem lembrou Ana Cristina Araújo, não se pode tomar análises que levem a crer num Estado autônomo da soberania régia por conta das distâncias e do próprio sistema jurídico da colônia, sem considerar os traços da monarquia absolutista centralizadora²¹.

Sendo, pois, a colonização moderna um desdobramento da expansão marítima e comercial do continente europeu, deve-se ressaltar o discer-

20 – NOVAIS, Fernando A. “Considerações sobre o sentido da colonização”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 6, 1969, p. 55.

21 – ARAÚJO, Ana Cristina. “Um Império, um Reino e uma Monarquia na América: as vésperas da independência do Brasil”. In: JANCSÓ, István. (Org). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2005, p. 259.

nimento de Caio Prado Júnior no reconhecimento da essência centralizadora e comercial que caracterizou a colonização brasileira, desvelando muitos dos elementos que as novas vertentes historiográficas utilizariam sob novos enfoques a partir da década de 1970, especialmente. Além disso, Wilma Peres Costa recordou-nos das inovações trazidas por Prado Júnior em outra obra sua, *Evolução política do Brasil*, onde definiu o caráter central da escravidão, compreendida a partir do empreendimento expansionista português, diferenciando-o da tradição historiográfica de sua época. Foi a partir disso que buscou o “elo comum” entre as zonas econômicas, encontrado na grande lavoura²².

Mas a centralidade da unidade produtora voltada para exportação foi colocada aí como elemento principal, que não desabonava as demais manifestações: por causa da “contradição principal” entre proprietários de terra e a burguesia metropolitana, era que emergiam as lutas populares. Da mesma forma, o processo de independência, embora envolto em rupturas políticas, não necessariamente desenvolveu alternativas democráticas, gerando legados institucionais e a permanência da escravidão, por exemplo, daí a insistência nas grandes estruturas que perduraram na nação que se gestava. Para Wilma Peres Costa, é uma questão de justiça ao conjunto de sua obra, que tratou dos “traços persistentes” do período colonial, que tornaram a colônia incapaz de engendrar a nação, alternando movimentos de continuidade e descontinuidade no âmbito das estruturas.²³ Uma análise certamente muito além da historiografia, que se cristalizou na crítica exclusiva às permanências²⁴.

22 – COSTA, Wilma Peres. “A independência na historiografia brasileira”. In: JANC-SÓ, István. (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2005, pp. 76-81.

23 – COSTA, Wilma Peres. “A independência na historiografia brasileira”. In: JANC-SÓ, István. (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2005, p. 81.

24 – SIQUEIRA, Lucília. O ponto em que estamos na historiografia sobre o período de rompimento entre Brasil e Portugal. *Almanack Braziliense*. São Paulo, n. 03, Maio/2006. Universidade de São Paulo, p. 82.

Problematizando alguns limites

O modelo explicativo de Caio Prado Júnior fez ampla escola de pensamento, ganhando diversos autores que seguiram seus parâmetros interpretativos, com melhoramentos interessantes, naquilo que Souza chamou de “regra heurística positiva”. Nesse esquema, forjado a partir das ideias de Lakatos, a heurística guia a pesquisa em relação aos aparatos metodológicos, sendo positiva aquela que desenvolve as proposições próprias de um programa dentro das variáveis esperadas, de maneira a fortalecê-lo; e negativa aquela que, possibilitando a refutação das proposições do programa de pesquisa, enfraquece-o²⁵. Muito embora não tenham sido poucas ou irrelevantes as críticas destinadas a Prado Júnior à época do lançamento de sua obra²⁶, as “heurísticas do sentido da colonização”, na acepção positiva de complementação da linha de pensamento, ou mesmo na explícita negação de seus pressupostos, chamam atenção para desdobramentos relevantes na historiografia.

Wesley Dartagnan Salles desenhou a importante trajetória das diferenças em volta do modelo analítico/interpretativo do período colonial, desde o “sentido da colonização” até a recente noção de “antigo regime nos trópicos”²⁷. Mesmo assim, não se conseguiu ainda esgotar as possibilidades de debate, tendo em vista que esses modelos defendidos levam em

25 – SOUZA, João Paulo A. de. “Entre o sentido da colonização e o arcaísmo como projeto: a superação de um dilema através do conceito de capital escravista-mercantil”. In: PIRES; COSTA (orgs.). *O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2010, p. 120.

26 – João Paulo A. de Souza faz referência às críticas dos anos 60 e 70 ao modelo Pradiano, especialmente as desenvolvidas por Ciro Flamarion Cardoso, Jacob Gorender e Antônio Barros de Castro. Segundo o autor, as análises centraram-se no campo teórico, mas também propuseram a desarticulação da economia colonial com a economia mercantilista internacional, alegando as especificidades da colônia. Nestes autores, contudo, como aponta Souza, permaneceu o “fato colonial” de dependência, sem responder às contradições inerentes às críticas dos modelos de interpretação do Brasil colonial. Cf. SOUZA, J. P. A. de. “Entre o sentido da colonização e o arcaísmo como projeto: a superação de um dilema através do conceito de capital escravista-mercantil”. In PIRES; COSTA. *O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2010, p. 150.

27 – SALLES, Wesley D. “A quebra do paradigma ‘Sentido Da Colonização’: notas sobre o debate historiográfico do Brasil Colonial, Antigo Sistema Colonial e Antigo Regime nos Trópicos”. *Almanack*, n. 15, Guarulhos, 2017, pp. 245-293.

conta um período vasto e heterogêneo demais para ser engessado em um só padrão analítico. Podemos destacar os esforços do grupo do “antigo regime nos trópicos” dentro da racionalidade pós-estruturalista, principalmente na coletânea de João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa, que tomou as dinâmicas do império português sob a forma de uma *trama de redes*²⁸. A proposta era exatamente uma explícita superação da dicotomia então vigente entre dependência externa e uma “excessiva ênfase” nas particularidades da sociedade colonial-escravista. Termos relevantes como negociação, interdependência, redes sociais e monarquia pluricontinental foram inseridos nos estudos que deixaram de ver as relações entre dominados e dominadores, para caracterizar uma sociedade corporativista onde o rei, cabeça do corpo, reunia em torno de si o centro e as periferias.

Uma governabilidade proporcionada pela atração das forças locais, através de mecanismos de manutenção do poder real, era base do sentimento de pertencimento à monarquia, que era e precisava ser “compartilhado de Macau aos rincões da floresta amazônica”. Assim, sustentou-se o argumento que entende a sociedade colonial como um sistema de normas paradoxalmente incoerentes, fraturado pelas possibilidades dinâmicas de estratégias encabeçadas pelos mais diferentes sujeitos que transitavam por todas as conquistas do império português, indivíduos estes que, sem dúvida, tinham consciência das conexões de que dispunham. Isto, no entanto, não nos foi dado sem o risco de procedermos numa excessiva descentralização do poder, ou mesmo numa descaracterização do ambiente colonial, tomando as facilidades como regra.

Nessa mudança analítica a partir do pós-estruturalismo, que buscou evidentemente contrastar com o modelo pradiano, as profícuas contribuições no alargamento de temas justamente através da individualização de trajetórias e da valorização das experiências locais, também foram alvos de importantes críticas, das quais destacamos a de Laura de Mello e Souza, que questionou a aplicabilidade do conceito de antigo regime nos

28 – FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

tropicais. Vale ressaltar, no entanto, que essas disputas acadêmicas não configuram cânones pelos quais o período colonial deve necessariamente ser analisado. Antes, servem de motivo de debate com a possibilidade de abrir novos caminhos em temas já exaustivamente trabalhados. E aqui reside a nossa compreensão do espaço colonial: acreditamos na importância das práticas individuais, singulares e subjetivas, buscando não perder de vista os horizontes mais amplos da sociedade que as envolvia, ou exatamente seus sentidos, ativos e conectados.

Acontece que esse movimento entre as estruturas e as especificidades desvela uma aparente contradição:

deseja-se preservar a essência (Sentido) porque se acredita que somente ela nos permite compreender os fenômenos; porém, os fenômenos parecem contradizer a essência. [...] ou se preserva a aparência, ao custo de sacrificar a essência [...] ou se preserva a essência²⁹.

Novais também já havia percebido isso, ao afirmar que

sem a visão estrutural mais profunda perdem sentido as manifestações particulares e superficiais; e não somente para a compreensão daquela fase do nosso passado, [...] torna-se indispensável uma análise explicadora dos mecanismos do antigo sistema colonial.³⁰

O que se deve buscar, então, é uma alternativa capaz de garantir a análise das estruturas que se mostram presentes ainda em nosso tempo, dando voz às evidências particulares que muitas vezes fomentam novas questões capazes de ampliar ou aprofundar essas concepções teóricas, evidenciando as contradições aparentes.

Tendo, porém, categorizado o Brasil, Fernando Novais percebeu que incorria na mesma contradição aparente, diante das mais diversas faces que a colonização brasileira apresentou, fazendo, por isso, duas diferen-

29 – SOUZA, João Paulo A. de. “Entre o sentido da colonização e o arcaísmo como projeto: a superação de um dilema através do conceito de capital escravista-mercantil”. In: PIRES; COSTA (orgs.). *O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2010, p. 133.

30 – NOVAIS, Fernando A. “Considerações sobre o sentido da colonização”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 6, 1969, p. 55.

ciações. De acordo com a primeira, “nem toda a colonização da América [...] se desenrola dentro das traves do sistema colonial. Os sistemas nunca se apresentam, historicamente, em estado puro”. Em segundo lugar,

importa ficar bem claro que, ao tentarmos fixar categorias essenciais desse processo histórico, não buscamos de forma alguma os denominadores comuns presentes necessariamente em todas as manifestações concretas, mas sim as determinantes estruturais³¹.

No caso vertente, torna-se logo essencial analisar a posição de Portugal no quadro do desenvolvimento econômico do Ocidente e no das relações políticas internacionais, para se perceber as mediações através das quais o sistema mais geral se expressa no segmento particular³².

Aqui somos remetidos a uma noção de história conectada, quando destacada a posição de Portugal no comércio atlântico e nas relações daí provenientes. Souza chamou atenção para uma literatura empírica recentemente trabalhada que demonstra um “mosaico de modalidades produtivas não diretamente exportadoras”, contribuindo para a redefinição da divisão da economia colonial formulada por Prado Júnior, onde o lado exportador ocupava lugar privilegiado na “dinâmica cíclica”, e o lado interno era “isolado das oportunidades de acumulação”³³. Em pesquisa publicada no ano de 2012, Isnara Pereira Ivo analisou os *homens de caminho* e suas relações nos sertões da Bahia e de Minas Gerais ao longo do século XVIII, encontrando indícios da existência de um mercado interno bastante diverso e movimentado, que não aparentava ser apenas um apêndice da economia de exportação, mas uma atividade que sobrevivia, inclusive, ao fim dos ciclos econômicos que os mantinham³⁴.

Como exemplo das várias faces da colonização, havia ainda

31 – NOVAIS, Fernando A. “Considerações sobre o sentido da colonização”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 6, 1969, p. 64.

32 – NOVAIS, Fernando A. “Considerações sobre o sentido da colonização”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 6, 1969, p. 65.

33 – SOUZA, João Paulo A. de. “Entre o sentido da colonização e o arcaísmo como projeto: a superação de um dilema através do conceito de capital escravista-mercantil”. In: PIRES; COSTA (orgs.). *O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2010, pp. 123-4.

34 – IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

[...] uma elite apoiada em atividades de elevado poder de acumulação de capital e portadora de um considerável grau de autonomia ante o capital comercial metropolitano, [...] um resultado que não se segue diretamente do modelo explicativo do Sentido da Colonização³⁵.

Isto se fez sentir em toda a colônia, mesmo apresentando configurações regionais tão distintas. Seria ilícito, em contrapartida, utilizar destes fatos para forjar uma realidade em que a essência colonial não esteja presente: não se pode esquecer que, mesmo as autonomias locais estavam inseridas no contexto de dependência política e econômica em relação aos colonizadores. Reconhecer isto não significa necessariamente uniformizar as trocas engendradas no seio da relação centro-periferia. Pelo contrário, a preocupação com a essência – ou o sentido – é o que une Caio Prado Júnior aos mais diversos autores que comungam de seu modelo explicativo ou que defendem uma reformulação do mesmo.

Em outro sentido, Fragoso e Florentino deram luz a um modelo inverso: ao afirmarem que a colonização do Brasil não era resultado de uma burguesia comercial metropolitana, mas sim da nobreza de antigo regime, com o objetivo de demonstrar como a metrópole não se opôs ao surgimento de capital na colônia, deixaram de “explicar quais as condições que, na colônia, o permitiram”³⁶. Os autores utilizaram o mesmo tripé de Caio Prado (escravismo, latifúndio e monocultura) para formularem um sentido contrário, pautado no conceito de elasticidade: a mão de obra escrava não era exclusivamente uma empresa colonial, o usufruto da terra era mais permissivo que a sua posse, e o “mosaico de produções internas” balanceava a oferta e demanda das unidades produtoras além das fazendas exportadoras. Eis aqui os perigos de extremar a particularização, desconectando o fenômeno daquilo que lhe influencia.

35 – SOUZA, João Paulo A. de. “Entre o sentido da colonização e o arcaísmo como projeto: a superação de um dilema através do conceito de capital escravista-mercantil”. In: PIRES; COSTA (orgs.). *O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2010, pp. 131-2.

36 – SOUZA, João Paulo A. de. “Entre o sentido da colonização e o arcaísmo como projeto: a superação de um dilema através do conceito de capital escravista-mercantil”. In: PIRES; COSTA (orgs.). *O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2010, pp. 134.

Uma possibilidade analítica que, ao expor esses perigos, evitaria incorrer nos extremos, seria a lógica da contradição, valorizando a complexidade do período colonial exatamente no seu caráter poliédrico, verdadeiro mosaico, para utilizar o termo de István Jancsó³⁷.

Afinal, muitas vezes é através da realização do seu *contrário*, ou seja, do desenvolvimento do mercado interno, de uma economia relativamente complexa e em alguma medida autônoma, e de uma elite colonial assentada no capital residente, que o Sentido se realiza plenamente. Com efeito, embora a sociedade aqui constituída não caiba confortavelmente nas derivações imediatas do Sentido, é inegável que a colonização dos trópicos contribuiu, de fato, para a transição para o capitalismo industrial na Europa e para a sua instalação na América tropical³⁸.

Costa sugeriu o conceito de “capital escravista-mercantil” para superar qualquer dicotomia, preservando a essência colonial e valorizando as evidências aparentemente contraditórias, a partir de um sistema complementar. Segundo o autor, foi deixada à margem do modelo interpretativo Pradiano, pela centralização nas ligações econômicas com o continente europeu, uma grande parcela de pessoas do “Brasil real” em face de um “Brasil exportacionista”, e simplesmente relegar esta parcela à condição de marginalizada é reproduzir os ditames de uma historiografia elitista³⁹. Haviam as categorias que não se encaixavam nas preconizadas por Prado Júnior, como afirmou também Jancsó ao promover o estrato social dos homens livres pobres, ou dos “homens do comum”, “massa poliforme”, igualmente integrada ao empreendimento colonial⁴⁰.

37 – JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo. “Peças de um mosaico: apontamentos para o estudo da unidade nacional brasileira”. In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *Via-gem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo: Senac, 2000.

38 – SOUZA, João Paulo A. de. “Entre o sentido da colonização e o arcaísmo como projeto: a superação de um dilema através do conceito de capital escravista-mercantil”. In: PIRES; COSTA (orgs.). *O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2010, pp. 147.

39 – COSTA, Iraci del Nero da. “Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Júnior”. In: PIRES; COSTA (orgs.). *O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2010, p. 81.

40 – JANCÓS, István. “Independência, independências”. In: JANCÓS, István. (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2005, pp. 40-1.

Perceber estas especificidades é importantíssimo na construção de uma síntese interpretativa de grande envergadura, tal qual a formulada por Caio Prado. As considerações acerca da grande lavoura conduzem-nos ao latifúndio excludente, mas o usufruto da terra e o autoconsumo englobaram significativa parcela da população brasileira no período colonial, de maneira a deitar também raízes sobre os nossos problemas sociais atuais. Isto é também, perceber as grandes estruturas envolvidas nesses processos históricos que nos atingem, sem perder de vista os movimentos complementares. Ademais, como veremos ainda, estrutura muito maior resultou dos fluxos ligados ao tráfico de negros africanos escravizados. Tomados, contudo, em seu conjunto, representam uma interessante situação de coexistência.

[...] as articulações presentes na sociedade brasileira sobrepujavam largamente um mero empreendimento dirigido pelo capital comercial e imediatamente voltado para o mercado mundial e dele totalmente dependente. Nesse sentido, tratava-se de uma economia com expressivos traços de integração endógena e que comportava uma gama diversificada de atividades produtivas voltadas ao atendimento de suas próprias necessidades, dando-se, também, processos internos de acumulação. [...] Não obstante, [...] todas aquelas evidências e argumentos não conduzem à negação da sociedade escravista, ao contrário, não só a afirmavam como teriam contribuído ativamente para sua expansão e permanência entre nós⁴¹.

A profusão de pequenos escravistas, na maioria das vezes alheios à grande lavoura ou ao mercado externo, foi o maior subsídio de manutenção da instituição escravidão no Brasil - um caráter de dependência que mereceu sua atenção. Longe de um “sentido abstrato”, o escravismo moderno apresentou, em nossa história, todos os elementos estruturais de permanência e de direcionamento de nossas relações, a partir do jogo de dependência política e econômica. Com isso, o capital escravista-mercantil, enquanto “gerador de mais-valia e calcado na produção de mercadorias com base no trabalho escravo”, condicionou toda a economia

41 – COSTA, Iraci del Nero da. “Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Júnior”. In: PIRES; COSTA (orgs.). *O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2010, p. 81.

colonial brasileira, e consequentemente a vida social e política do país. No entanto, por ter sua característica de funcionamento exclusivamente interno, dependia do capital comercial para se interligar com o comércio mundial, propiciando um complexo econômico que tinha base produtiva no Brasil, mão-de-obra africana e contava com mercados europeus⁴².

O que estas análises pretenderam foi uma reformulação do modelo interpretativo Pradiano, no sentido de alargar seu campo conceitual, gerando novas análises sobre a empiria já presente nos trabalhos por ele influenciados. Muitas delas tributárias das décadas de 1970 e 1980, com o advento das universidades como *locus* de debate e o afastamento de interpretações lineares de determinação econômica. Diferente das vertentes marxistas e das versões keynesianas de desenvolvimento, do estado como agente central do projeto nacional, a aproximação da história política com a história cultural evidenciou os conflitos e contradições necessárias para que se fugisse das tradições ensaísticas⁴³. Noções que se consolidaram ao ponto de formarem duas concepções distintas e opostas de história, uma estruturalista, da totalidade, outra interessada nas novas possibilidades metodológicas fomentadas pela interdisciplinaridade⁴⁴. Resta-nos buscar as ampliações destes sentidos, para fugir também do maniqueísmo teórico.

Ampliando os sentidos

Não é nosso objetivo, aqui, esquadriñar todas as obras que foram influenciadas pelo “sentido da colonização”, mas debater a partir daquelas que se tornaram marcos, como a obra de Fernando Novais por exemplo, o impacto gerado pelo modelo interpretativo Pradiano na historiografia sobre o período colonial. E até mesmo sobre o período específico de ruptura

42 – COSTA, Iraci del Nero da. “Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Júnior”. In: PIRES; COSTA (orgs.). *O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2010, pp. 103-6.

43 – COSTA, Wilma Peres. “A independência na historiografia brasileira”. In: JANC-SÓ, István. (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2005.

44 – MALERBA, Jurandir. “Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990”. *Textos de História*, v. 10, n. 1/2, 2002, p. 191.

com Portugal, já que sua linha de análise conduziu a uma noção de continuidade nos processos históricos: é uma forte herança que continua a se fazer presente nas discussões acerca das rupturas ou permanências dentro da independência do Brasil⁴⁵. Diversos foram os esforços em atualizar esse debate, perceptíveis na publicação de coletâneas⁴⁶, mas João Paulo Pimenta felizmente recordou a dívida que essa historiografia atual tem com autores como Caio Prado Júnior e suas “periodizações ampliadas”⁴⁷.

Em resenha publicada por ocasião do lançamento da obra *O trato dos viventes. A formação do Brasil no Atlântico Sul*, Maria Fernanda Baptista Bicalho chamou atenção para a inegável proximidade da interpretação de Luiz Felipe de Alencastro com Caio Prado Júnior, elencando-os como “o que há de melhor em nossa tradição historiográfica”. A autora conseguiu demonstrar como a escrita de Alencastro é tributária do caráter revolucionário que *Formação do Brasil contemporâneo* teve (e ainda hoje tem), para além das sucessivas retomadas, como a de Fernando Novais, que sofisticou o sentido mercantil exploratório, adicionando na chave explicativa da dinâmica colonial o exclusivo metropolitano e a engrenagem do tráfico negreiro⁴⁸.

O primeiro grande encontro entre Caio Prado Júnior e Luiz Felipe de Alencastro repousou no reconhecimento de que o Brasil foi formado fora de si, e por isso faz-se necessário alongarmo-nos sobre o *Trato dos viven-*

45 – PIMENTA, João Paulo G. “A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico”. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 3, 2009, p. 63.

46 – Há um importante balanço historiográfico com enfoque na independência do Brasil feito por João Paulo Pimenta, chamando atenção para o caráter inovador das obras de Caio Prado, Fernando Novais, Emília Viotti da Costa, entre outros, com desdobramentos que foram capazes de colocar o Brasil dentro de dinâmicas mundiais, o que permanece interessante na atualidade. Cf. PIMENTA, João Paulo G. “A independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica”. *Revista de História Iberoamericana*, v. 1, n. 1, 2008.

47 – PIMENTA, João Paulo G. “A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico”. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 3, 2009, p. 73.

48 – BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “*Monumenta Brasiliae*: O Império Português no Atlântico Sul”. *Tempo*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 2001, p. 267.

tes para entendermos essas conexões. Focado na superestrutura construída a partir dos mecanismos de tráfico de negros africanos escravizados, fez um giro analítico: “sempre se pensou o Brasil fora do Brasil, mas de maneira incompleta: o país aparece no prolongamento da Europa”⁴⁹. Numa perspectiva atlântica, o autor encontrou a chave explicativa da formação de nosso país nas trocas mercantis impulsionadas pelo tráfico negreiro, elo que uniu diretamente a América portuguesa ao continente africano. Assim,

[...] a colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola. Desde o final do século XVI, surge um espaço aterritorial, um arquipélago lusófono composto dos enclaves da América portuguesa e das feitorias de Angola. É daí que emerge o Brasil no século XVIII. [...] O que se quer [...] é mostrar como essas duas partes unidas pelo oceano se completam num só sistema de exploração colonial cuja singularidade ainda marca profundamente o Brasil contemporâneo.⁵⁰

Ao firmar suas bases analíticas sobre uma perspectiva mais ampla, levando em consideração as múltiplas relações intercontinentais entre América do Sul, Europa e África, Alencastro pôde perceber que os frutos da conquista nem sempre seguiram o caminho da rede mercantil ou mesmo do aparelho institucional do Reino português. Deste espectro de relações, a partir das evidências, resultaram algumas inferências mais diretas: o excedente econômico regional era muitas vezes consumido pelos próprios colonos, em redes marítimas à parte do controle metropolitano, e mesmo quando era captado pelas “teias ibéricas”, estava fadado a reorganizar o poder das monarquias, pela emergência intrínseca de forças sociais no seio de suas conquistas⁵¹.

49 – ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. A formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 9.

50 – ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. A formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 9.

51 – ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. A formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 11-2.

Mesmo a particularidade de África contribuiu grandemente para a formação do Brasil no espaço Atlântico, como também para a própria compreensão do período colonial. Apesar de não ter sido objetivado um estudo comparativo entre as possessões portuguesas, Alencastro utilizou os exemplos da soberania imposta por algumas tribos africanas em relação aos colonos, fato que nunca ocorreu na América portuguesa. Goa e Moçambique serviram, enquanto “circuitos avessos à malha portuguesa [...] onde o produto do trabalho extorquido aos nativos era consumido pelos colonos ou vazava pelo ralo do comércio regional”, para a percepção de que “a presença de colonos num território não assegura a exploração econômica desse mesmo território. A dominação colonial não se apresenta forçosamente como uma decorrência da exploração colonial”⁵².

Para além da busca por uma explicação das bases da formação nacional, outro ponto de encontro entre Prado Júnior e Alencastro foi a extensa empiria utilizada na construção de suas narrativas. A contextualização econômica atingiu um grau de profundidade, em Alencastro, capaz de perceber nas correntes marítimas a relação entre jurisdição e geografia comercial de navegação a vela, como no caso da criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1961, parte dissociada do trânsito direto com Angola por causa do sistema de ventos⁵³. Num território tão complexo mesmo geograficamente, não era crível que a metrópole exercesse sempre o papel de centro, ou que mantivesse sempre trato uniforme diante da colônia. Facilita-se, pois, o entendimento da aparente contradição entre a relativa autonomia concedida aos colonos, enquanto as monarquias buscavam centralizar seus poderes: além da utilização do capital colonial, a concessão de títulos estabelecia uma verdadeira economia de favores que inseriu os súditos nos vínculos diretos com o Rei. O que não significa dizer que não houve movimento inverso:

De início, a Coroa concede amplos poderes aos seus súditos que dispõem de capital e também aos estrangeiros católicos ativos no além-

52 – ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. A formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 19.

53 – ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. A formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 20.

-mar. Algumas décadas mais tarde, a monarquia volta atrás e inicia um movimento de “restauração metropolitana”, restringindo a autonomia dos principais atores da conquista. Por um lado, se estabelece o monopólio metropolitano no ultramar – o “exclusivo” –, em prejuízo dos estrangeiros. Por outro lado, editam-se leis tolhendo liberdades dos colonos e submetendo-os a governadores encarregados de lembrar *urbi et orbi* o sentido da colonização. É o processo de colonização dos colonos: [...] os colonos compreendem que o aprendizado da colonização deve coincidir com o aprendizado do mercado, o qual será – primeiro e sobretudo – o mercado reinol. Só assim podem se coordenar e se completar a dominação colonial e a exploração colonial⁵⁴.

Tratava-se de movimentos tão complexos e tão imbricados no tráfico escravo, que levaram Alencastro a reconhecer que este não estava contido apenas no âmbito comercial:

De consequências decisivas, na formação histórica brasileira, o tráfico extrapola o registro das operações de compra, transporte e venda de africanos para moldar o conjunto da economia, da demografia, da sociedade e da política da América portuguesa⁵⁵.

Tendo início nas periferias das trocas africanas, passando a responder à demanda de mão-de-obra, os negros africanos escravizados materializaram a produção ultramarina, constituindo um elo entre Portugal e o Oriente, uma fonte de renda ao Tesouro Régio e o vetor produtivo da agricultura atlântica.

Foi o trato negreiro que possibilitou a reprodução do sistema escravista, que não tinha essa capacidade por si, e que costurou, durante três séculos, o Brasil à África. E nestes três séculos de sistema escravista justificado por Portugal, o Brasil tornou-se o maior importador de escravizados do Novo Mundo, o que implica dizer que a existência de um sistema tão marcante de comercialização de viventes aos moldes do mercantilismo “impede que se considere o tráfico negreiro como um efeito secundário da escravidão, obriga a distinguir o escravismo luso-brasileiro

54 – ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. A formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 22.

55 – ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. A formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 29.

de seus congêneres americanos e impõe uma interpretação aterritorial da formação do Brasil”⁵⁶. Foi essa “complementaridade sul-atlântica” entre as colônias que configurou os condicionantes da presença portuguesa em África e as singularidades do Brasil.

Duas classes ainda emergiram como variantes diretamente ligadas e afetadas pelo trato negreiro no Brasil: os índios e os mulatos. Esse processo de exploração e dominação, centrado no elemento europeu e baseado na mão-de-obra escrava africana, impôs o aniquilamento das populações indígenas que não se enquadravam no sistema: mesmo a liberdade dos indígenas dependia do abastecimento de escravizados nas lavouras. Em contraste, as populações livres fruto de mestiçagens conseguiram forjar, muito por conta de atividades com ausência de controle direto como a pecuária, ascensões que só esbarravam no homem branco, fazendo com que viajantes estrangeiros tomassem o Brasil como “inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos”⁵⁷.

No final do século XVII o Brasil formado a partir de Angola estava prontinho. O mercado atlântico impusera o primado do tráfico negreiro, interpretado pela Igreja como uma obra de caridade cristã e de evangelização. O escravismo dominava tudo, a barreira indígena no interior fora destrocada, o território se repovoava dentro do esquadro colonial, o gado se expandia, os mestiços e mulatos furavam o seu lugar. Nas décadas seguintes, a economia do ouro instaura uma divisão inter-regional do trabalho na América portuguesa, engendra um só mercado e faz isso tudo virar uma coisa só⁵⁸.

Elementos, pois, demonstrativos de uma longa duração na constituição do Brasil: “de 1550 a 1930 o mercado de trabalho está desterritorializado: o contingente principal de mão de obra nasce e cresce fora do território colonial e nacional”⁵⁹. Esta transformação da escravidão em

56 – ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. A formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 42.

57 – ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. A formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 347.

58 – ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. A formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 353.

59 – ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. A formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 354.

escravismo teve o poder de modificar de modo conflitante todo o sistema colonial, pela sua expressividade, e perceber isso foi “a grande viragem interpretativa” de Alencastro, de acordo com Bicalho. Uma questão importante colocada por esta autora, que a esta altura merece a nossa atenção, é a aparente inexistência do fator *pacto colonial*, diante da pujante autonomia desse comércio bilateral: sendo autônoma, o que faz uma colônia permanecer nesta posição por tanto tempo?⁶⁰

A questão da aparente contradição da autonomia não deita raízes sobre a vertente econômica, como pensou Fernando Novais, mas está muito mais imbricada no âmbito político, onde as relações coloniais eram mantidas. Por isso, Bicalho ilustra o questionamento com a interpretação de Evaldo Cabral de Mello, exatamente na economia de favores na qual o autor analisa os pedidos de honrarias dos pernambucanos ao rei, após a expulsão dos holandeses. Dentro da lógica de Antigo Regime, os súditos, embora autônomos e possivelmente antimetropolitanos, esperavam receber reconhecimentos e, nesta retribuição, reafirmavam o pacto político que unia os súditos daquém e dalém mar, “tecendo as malhas da soberania portuguesa sobre o Império ultramarino”⁶¹.

Mesmo na contradição aparente entre os “homens ultramarinos” e “homens coloniais”, ambos estavam inseridos num sentido comum, de interesses comerciais e políticos que foram capazes de tecer nossa geografia. O que nos resta é o dever de buscar, dentro destas complexidades, um lugar-comum – ou sentido – capaz de evitar a interpretação unilateral, na qual as formas que escapam da explicação perdem espaço, tornam-se vazias e existentes em si mesmas. Sobre isso, Costa cita uma preocupação interessante de Ciro Flamarion Cardoso:

Tendo combatido por muitos anos as posturas que enfatizam unilateralmente as relações metrópole-colônia ou centro-periferia, a extração de excedentes, o capital mercantil [...] e mais em geral a circulação de mercadorias como *locus* explicativo privilegiado, só posso me regozi-

60 – BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “*Monumenta Brasiliae*: O Império Português no Atlântico Sul”. *Tempo*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 2001, p. 272.

61 – BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “*Monumenta Brasiliae*: O Império Português no Atlântico Sul”. *Tempo*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 2001, p. 272.

jar com esses novos e sólidos argumentos. Desde que, também neste caso, não se ceda à tentação de mais uma ênfase unilateral. Mesmo se as análises [...] são, às vezes, delimitadas e tratam de elementos e variáveis parciais, não estarão esquecendo exageradamente, empurrando um tanto para fora do horizonte, a dependência colonial e neocolonial – e as determinações e condicionamentos que ela sem qualquer dúvida implicava [...]?⁶²

São questões caras justamente às explicações macroestruturais de longa duração, às quais Jurandir Malerba propôs um interessante exercício: ao se buscar os “sentidos” em movimentos estruturais, teríamos de retroceder até momentos históricos excessivamente longínquos, mas que guardam uma relação de linearidade com o objeto em estudo?⁶³ O próprio autor respondeu sua questão ao propor também a consideração dos enfoques macro e micro analíticos como complementares, com contribuições que sejam capazes de suprir as deficiências inerentes a qualquer método de pesquisa, valorizando tanto explicações econômicas quanto os aspectos culturais⁶⁴.

Algumas considerações

Já que não nos propomos a fazer considerações conclusivas, tomamos a liberdade de tecer mais algumas considerações relevantes, seguindo arestas para as quais o tema aqui trabalhado nos conduz. Recentemente, a busca por uma *razão decolonial* tem representado em grande medida, preocupações decorrentes do “sentido da colonização”. De acordo com Adelia Miglievich-Ribeiro, a urgência de uma crítica pós-colonial tem a função de revelar aquilo que a modernidade buscou ceifar através da colonialidade, ou seja, as mais diversas formas de manifestação e produção de conhecimento que tenham sido concebidas nas “bordas da globalização hegemônica”. Isso se explica no fato da razão moderna

62 – CARDOSO, Ciro Flamarion. (Org.). *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 58.

63 – MALERBA, Jurandir. “As independências do Brasil: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica”. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005, p. 106.

64 – MALERBA, Jurandir. “As independências do Brasil: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica”. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005, p. 121.

ter naturalizado como absolutas algumas visões eurocentradas, tomando unilateralmente as experiências do homem branco europeu nas Américas, por exemplo, impedindo o entendimento das múltiplas diferenças envolvidas, muito além da simples subordinação à relação dual em que um dos polos exerce o domínio⁶⁵.

Através da dúvida mesmo de uma história linear, a autora propõe uma *razão cosmopolita* capaz de colocar em xeque os próprios conceitos de progresso, revolução e modernização em face das várias modernidades. No limite, sua análise nos leva a questionar a lógica produtivista econômica (a mesma que baseia a busca pelo sentido trabalhado até aqui) na qual tudo que escapa como alternativa ou resistência ao capital é reduzido a atraso, pobreza e ignorância. De fato, essa “cosmovisão moderna”, cristalizada nos moldes universais a partir da expansão europeia de um conhecimento “único e verdadeiro”, impõe a consciência da geopolítica do conhecimento. O problema, no entanto, reside em encontrar uma chave analítica capaz de desvencilhar o espectro econômico das sociabilidades de um espaço que foi moldado a partir de experiências coloniais voltadas à dependência (ainda que bilateral) econômica e política, o que se refletiu em todos os âmbitos da sociedade.

Diversos são os caminhos possíveis para se pensar as experiências coloniais, hoje, muitos deles diretamente ligados aos parâmetros clássicos como o de Prado Júnior, que tratamos aqui. O caminho da decolonialidade é um deles, especialmente quando se trata da América Latina, que teve boa parte de suas experiências silenciadas em detrimento de uma modernidade europeia, como adverte Aníbal Quijano em sua *Colonialidade do poder*. Mas, insistimos, o caminho que desvela as múltiplas negociações deve percorrer também a trilha das relações de poder, para que não se construa uma imagem distorcida da época e suas limitações⁶⁶. Além do mais, não devemos deixar escapar a preocupação com o campo da histó-

65 – MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. “Por uma razão decolonial. Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna”. *Civitas*. Porto Alegre, v. 14, n. 1, jan./abr. 2014, pp. 66-80.

66 – Cf. FAN, Fa-Ti. “The global turn in the history of Science”. *East Asian Science, Technology and Society: an international journal*. v. 6, p. 249-258, 2012.

ria pública⁶⁷, capaz de engessar a historiografia clássica no senso comum sem maiores aprofundamentos, caso da obra de Prado Júnior, cuja atualidade demonstra o contínuo merecimento de profícuas revisões.

Enfim, o que tentamos neste artigo foi demonstrar a importância de se reconhecer as grandes estruturas presentes na formação do Brasil, a fim de compreender muitos eventos específicos sem o perigo de construir uma análise vazia. Não resta dúvidas de que estamos caminhando para novas possibilidades interpretativas tributárias, de uma visão mais conectada da história, deixando de valorizar os modelos explicativos unilaterais para dar voz a novos sujeitos. O encontro de Caio Prado Júnior com Luiz Felipe de Alencastro pode representar, aqui, um ponto de equilíbrio em que a história seja a grande favorecida. Preservando a essência, valorizando as aparências (ainda que contraditórias) e evidenciando a complexidade intrínseca a uma interpretação da magnitude das que foram aqui trabalhadas, estaremos contribuindo para a construção de um quadro mais nítido de nossa história. Parafraseando Wilma Peres Costa, revolver o terreno semeado por Caio Prado Júnior, com novos instrumentos⁶⁸.

Texto apresentado em março de 2022. Aprovado para publicação em maio de 2022.

67 – MALERBA, Jurandir. “Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *Public History*”. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 15, 2014, pp. 27-50.

68 – COSTA, Wilma Peres. “A independência na historiografia brasileira”. In: JANCSÓ, István. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2005, p. 114.